

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE
Inquérito Civil nº 06.2019.00000628-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **MANFRINI SIEGEL**, brasileiro, casado, comerciante, filho de José Carlos Siegel e Odete Siegel, CPF nº 854.391.509-00 e Carteira de Identidade nº 2.839.319-8, residente na Rua Santo Inácio, 369, Centro, no Município de Nova Trento/SC, endereço eletrônico para intimação: *camisetadejesuscristo@gmail.com*, e; **GRASIELE CRISTINA BONA SIEGEL**, brasileira, casada, comerciante, filha de Avelino Bona e Catarina Bona, CPF nº 021.934.529-54 e Carteira de Identidade nº 3.631.061, residente na Rua Santo Inácio, 369, Centro, no Município de Nova Trento/SC, doravante denominados de **COMPROMISSÁRIOS** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00000628-0, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visando a proteção, nesse caso, do meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81);

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a

Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII, que: *"A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]"*

CONSIDERANDO que a Lei 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define como meio ambiente *"o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"*;

CONSIDERANDO que poluidor ou causador é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/1981);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que os Representados **Manfrini Siegel** e **Grasiele Cristina Bona Siegel** efetuaram o corte raso de uma área de 900,00m² de vegetação nativa secundária em estágio médio de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica, conforme Relatório de Fiscalização nº 80/2016, da Polícia Militar Ambiental, fls. 5-13;

CONSIDERANDO que a partir disso foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2019.00000628-0, para buscar a recuperação, e em reunião, fl. 37, os Representandos manifestaram interesse em celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta;

RESOLVEM

Formalizar o compromisso de ajuste de condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, e à adoção de medidas a fim de minimizar o impacto causado ao meio ambiente, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO

Cláusula Primeira: este termo tem como objeto a reparação de dano ambiental causado pelos **COMPROMISSÁRIOS**, em virtude do corte raso de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em uma área de 900m², localizada na Estrada Geral Ribeirão Bilu, s/nº, Bairro Mato Queimado, no Município de Nova Trento/SC, Coordenada Geodésica 0707907-6982093, Datum WGS-84, sem autorização dos Órgãos Ambientais competentes.

2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

Cláusula Segunda: os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem na obrigação de fazer consistente em recuperar o dano ambiental causado na área descrita na Cláusula anterior, devendo, para tanto:

a) promover o imediato isolamento da área, com cerca de arame farpado (se a área remanescente está sendo utilizada ou na hipótese de vir a usufruí-la), evitando a entrada de agentes degradantes e que venham a colocar em risco as atividades de recuperação, até a sua integral regeneração;

b) promover a recuperação do dano ocasionado, inclusive a estrada, mediante o plantio de espécies nativas e a complementar a conservação, conforme orientação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Nova Trento/SC, por se tratar de uma área de pequena monta. A recuperação deverá ser efetuada até o dia 30 de junho de 2019;

c) se abster de utilizar a área degradada para qualquer atividade econômica, sem a prévia autorização da Autoridade Ambiental competente.

Cláusula Terceira: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer, consistente na elaboração, no prazo de 90 dias, de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, por profissional devidamente habilitado, que deverá ser submetido, até o fim do prazo referido, à análise e aprovação do Órgão Ambiental competente (IMA), se após o decurso de 6 (seis) meses contados do prazo para a recuperação da área, o relatório da Polícia Militar Ambiental indicar que as medidas adotadas foram insuficientes para a recuperação do dano ambiental ocasionado;

Parágrafo Primeiro: o PRAD que será aprovado pelo Órgão Ambiental integra este instrumento para todos os fins legais, assim como as respectivas licenças concedidas por esse órgão;

Parágrafo Segundo: as ações previstas no PRAD serão executadas conforme cronograma aprovado pelo Órgão Ambiental e deverão ser concluídas no prazo máximo de seis meses, contados da aprovação;

Parágrafo Terceiro: após a aprovação do PRAD pelo Órgão Ambiental, a cada 6 (seis) meses os **COMPROMISSÁRIOS** remeterão a esta Promotoria de Justiça relatório de acompanhamento do PRAD, assinado por profissional habilitado e ART, contendo a descrição das atividades realizadas e fotografias do local.

Cláusula Quarta: os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem na obrigação de fazer consistente em adotar todas as medidas necessárias para a recuperação da área degradada, especialmente aquelas eventualmente indicadas no PRAD, se necessário a sua confecção, bem como aquelas porventura indicadas pela Polícia Militar Ambiental no auto de constatação (Cláusula Sexta).

3. DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Sexta: a fiscalização da recuperação da área degradada será realizada pela Polícia Militar Ambiental (PMA), mediante a elaboração de auto de constatação, a requerimento do Ministério Público, sem aviso prévio, até a integral reparação do dano.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula Sétima: o **COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos **COMPROMISSÁRIOS**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta;

Parágrafo Único: eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelos **COMPROMISSÁRIOS**.

5. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Oitava: o descumprimento ou violação de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), exigíveis dos **COMPROMISSÁRIOS**, cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial

- INPC, desde a data da celebração deste Termo de Ajustamento de Condutas até a data do efetivo desembolso, que será revertida em prol do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo Primeiro: além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

Parágrafo Segundo: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Nona: as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula Décima: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Parágrafo Primeiro: eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de São João Batista/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Parágrafo Segundo: o presente Termo poderá ser protestado perante o Cartório de Protesto de Títulos.

Cláusula Décima Primeira: o presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em três vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

7. DO ARQUIVAMENTO

Cláusula Décima Segunda: os **COMPROMISSÁRIOS** ficam desde já cientificados de que com a formalização do presente Termo de Ajustamento de Conduta será promovido o arquivamento do presente Inquérito Civil, sendo possível, até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciar a promoção de arquivamento, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, nos termos do art. 50 do Ato PGJ nº 00395/2018.

São João Batista, 6 de março de 2019.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Manfrini Siegel
Compromissário

Grasiela Cristina Bona Siegel
Compromissária